

# ATA DA 3ª REUNIÃO COM A EQUILÍBRIO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL LTDA., NORTE ENERGIA S.A. e MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Aos 4 de fevereiro de 2020, terça-feira, das 14 às 16h, na Sala Rio Grande do Norte do Edifício Celso Furtado - SGAN 906 - Quadra A - Módulo F - Asa Norte – Brasília - DF, realizou-se reunião destinada a dar prosseguimento às atividades necessárias à reativação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRS do Xingu.

## Participantes

### Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano

*João Mendes da Rocha Neto* – Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano

*Luiz Paulo de Oliveira Silva* – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

*Maria Thereza Ferreira Teixeira* – Coordenadora-Geral de Gestão do Território

*Rodolfo Calmon de Castro* – Economista

### Equilíbrio Desenvolvimento Ambiental Ltda.

*Elisângela Trzeciak* – Coordenadora-Geral

*Sergio Augusto Galvão*

### Norte Energia S.A. - NESA

*Eduardo Luiz Pinto Camillo* - Superintendente de Relações Institucionais

Alexandra Nascimento da Silva e Silva – Coordenadora de Relações institucionais

As pautas foram as seguintes:

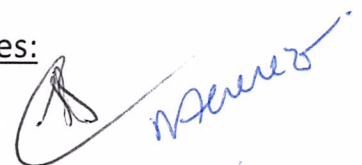
1. Andamento das tratativas entre a Norte Energia S.A. e a Equilíbrio Desenvolvimento Ambiental Ltda. visando a reimplantar o ePDRSX - Sistema Informatizado de Gerenciamento das Informações do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS do Xingu. Tratar dos atrasos no cumprimento das atividades pela ausência do sistema de gestão

Handwritten signatures of participants in blue ink, including names like João Mendes da Rocha Neto, Elisângela Trzeciak, and Eduardo Luiz Pinto Camillo.

2. Impactos e readequação nos projetos em função do atraso na retomada dos projetos.
3. Encaminhamentos a respeito dos bens e equipamentos adquiridos para a gestão do PDRSX.
4. Agenda de reuniões entre Equilíbrio, Norte Energia e MDR
5. Decisões de Governança, quem delibera e como implementar?
6. Solicitar à Norte Energia a apresentação da documentação referente ao conjunto de pagamentos realizados à PM-21
7. Solicitar à Norte Energia a apresentação do estágio da execução das atividades e projetos do PBA, volume de recursos disponíveis e integração com as ações do PDRS do Xingu a fim de evitar ações cronológica e programaticamente descoordenadas ou indevidamente repetidas.
8. Termo de Referência para elaboração contratação dos serviços de consultoria especializada para atualização do PDRS do Xingu, proposta de regimento interno.
9. Participação da Telebrás no Projeto 110/2015 - Xingu Conectado, cujo Proponente é a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará – Prodepa.
10. Contratação de auditoria externa, a ser custeada pela Norte Energia, não pelos recursos do PDRS do Xingu, para examinar a efetividade dos projetos já implementados com recursos da Norte Energia S.A.
11. Auditoria interna: a Coordenação-Geral de Gestão do Território - CGGT entrou em contato com a Controladoria-Geral da União – CGU a fim de tomar conhecimento das atividades da CGU no acompanhamento da execução e dos resultados alcançados a partir da implementação do PDRS do Xingu. O contato da CGGT com a CGU foi realizado com a Auditora Federal de Finanças e Controle Sarah Regina de Sousa Magalhães – rua dos Mundurucus 3100 – Cremação - Belém – PA - 66040-033 - (91) 3205-8394 – [sarah.magalhaes@cgu.gov.br](mailto:sarah.magalhaes@cgu.gov.br)
12. atrasos no cumprimento das atividades pela ausência do sistema de gestão.

-----

Em linhas gerais, as discussões e deliberações foram as seguintes:





*João Mendes* inicia a reunião descrevendo a complexidade do PDRS do Xingu, a proposta de reformulação do Comitê Gestor e a necessidade de uma nova governança. Sugere, em seguida, filtrar os pontos mais essenciais da pauta.

*Elisângela* propõe um exercício de reflexão sobre os projetos atrasados e paralisados, de modo a rediscutir uma gama de ações ainda inconclusas. Sublinha que a Equilíbrio faz a análise técnica, sugere encaminhamentos pelos quais as ações em execução seriam priorizadas diante da pertinência dos objetos. Além disso, propõe constituir instância para discutir essas questões pendentes já a partir de fevereiro.

*João Mendes* informa que a proposta de decreto de constituição do novo Comitê do PDRS do Xingu já foi para o Gabinete do Ministro. Afirma que posteriormente é atribuição da Casa Civil e Presidência da República deliberar sobre seu conteúdo. Reiterou que a minuta do referido decreto passou por apreciação jurídica sem óbice e com conteúdo referendado pela atuação dos técnicos do MDR. Não acredita, contudo, que decreto saia no curto prazo.

*Elisângela* responde que a Equilíbrio tem como atribuições fazer a análise técnica e o desembolso. Ademais, os contratos celebrados e a prestação de conta dos proponentes passam pela Equilíbrio. Também possuem um Jurídico para eventuais necessidades. Apesar de toda essa estrutura, sustenta que somente uma instância de governança deve decidir questões mais estratégicas; portanto, não se sentindo confortável em decidir sobre o rumo do PDRS do Xingu. Retrata que os projetos paralisados e não iniciados são cerca de 60. Há passivos desde 2011 não presentes na planilha, casos que dificilmente poderiam ser retomados. Cita projetos pelos quais a readequação de metas seriam a melhor estratégia. Pormenoriza os casos da proposta da Universidade Federal do Xingu, o projeto na cidade de Placas (construção e centro de formação), além da situação das motos e do veículo transferido ao proponente.

Em relação aos projetos em execução com status de paralisados, especifica as pequenas pendências que aguardam deliberação. Assim, reivindica a necessidade da presença de algum servidor do MDR em Altamira-PA a fim de decidir e deliberar sobre todos esses projetos.

*Maria Thereza* explica que novo decreto não terá subcolegiados e câmaras técnicas. Salienta sua estrutura enxuta, ainda sem regimento interno, em face da ausência da publicação do decreto já mencionado. Recomenda que, entre o atual

da PM21, referente aos pagamentos realizados à PM21, contendo discriminação daquilo que foi realizado.

No **Item 7** que trata donexo lógico entre o projeto básico ambiental (PBA) e o PDRS do Xingu, o representante da Norte Energia comprometeu-se a enviar ao MDR o nome do contato com o Ibama, encarregado de acompanhar o PBA.

Em relação ao **Item 11**, o MDR recebeu ofício da CGU contendo perguntas e questionamentos sobre o histórico do PDRS do Xingu, a partir de denúncias feitas à CGU-Pará. O prazo de resposta para o ofício é 14 de fevereiro com lista de projetos, seus valores de modo mais detalhado. Com a retomada do ePDRSX, sugeriu-se o fornecimento de senha e livre acesso aos auditores do CGU ao sistema. O fornecimento dos nomes, CNPJ e CPF dos proponentes foi questão mencionada. Foi acordado que a Equilíbrio notificaria a NESA e esta, por sua vez, o IA. **O MDR irá reforçar a notificação.**

Sobre o **Item 8**, comunicou-se que a SDRU está redigindo a minuta de Termo de Referência, de modo a rever todo PDRS do Xingu em seus aspectos estratégicos. Esta avaliação seria por meio de consultoria que aborde a situação pós-usina. Tudo isso seria um trabalho em paralelo com a Equilíbrio. A consultoria, portanto, apontaria questões importantes como a possibilidade de revisão do plano, a questão da destinação dos royalties e das capacidades governativas de gestão do território. O dia 12 de fevereiro foi acordado como prazo para mandar informações ao CGU.

O **Item 9** deliberou-se por discuti-lo no dia 5 de fevereiro.

Retomando o **Item 1**, Eduardo Camillo leu a Ata da 45ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional do PDRS do Xingu - CGDEX, anexo. Nesta ata consta declaração do presidente do Instituto Avaliação confirmando o recebimento do sistema da PM21, e se comprometendo a realizar melhorias no sistema. Diante do impasse, aventou-se a possibilidade em relatar o caso à CGU para que tome providência. Camillo assevera que não cabe a Norte Energia uma decisão isolada e tudo depende de sua governança discutida internamente.

Os **Item 6 e 7** foram encaminhamentos prometidos pela Norte Energia

Sobre o **Item 3**, Elisângela relatou que o *Site* do PDRS do Xingu encontrava-se inoperante e não haviam sido entregues as senhas dos *links* de acesso aos projetos. O tema mais premente seria a reativação do ePDRSX. Foi acordado que a Equilíbrio notificaria a NESA e esta, por sua vez, o IA. **O MDR irá reforçar a notificação**



estágio e a regulamentação do decreto, haja um grupo que possa ser o núcleo de deliberação interino, de forma a evitar maiores prejuízos a continuidade dos projetos. Aconselha tratar dos projetos em execução com períodos mais curtos entre as reuniões. Afirma que os encontros anteriores se davam no intervalo de dois meses, prazo que pode ser encurtado. Após ser demandada sobre o status dos projetos não desembolsados, afirma que devem aguardar a instauração do Comitê Gestor.

*João Mendes* exorta para que a primeira reunião do Comitê Gestor não se caracterize apenas por sessão solene, mas que delibere urgentemente sobre os projetos, procurando identificar causalidades de problemas e propor ações para solução dessas questões.

Sobre os bens e equipamentos (**Item 3**), *Elisângela* relata que no “Relatório de Outubro”, há menção quanto ao Instituto Avaliação não haver repassado uma série de equipamentos (bens de escritório, comprados pela Norte Energia com recursos do PDRS do Xingu). Destaca que a Equilíbrio tem responsabilidade e até o momento não houve manifestação da Norte Energia sobre o assunto. Houve um consenso que há responsabilidade da parte no contrato e que a Norte Energia deve notificar o Instituto Avaliação com cópia ao MDR.

Registra-se a chegada do representante da Norte Energia. Assim, o grupo pode retomar o **item 1** da pauta e alinhar Eduardo Camillo dos pontos discutidos.

Sobre o tema de reuniões posteriores, sugeriu-se que a frequência seja mensal. *Elisângela* sugere alternância entre Brasília e Altamira. *João Mendes* solicita que a reunião de março seja em Brasília. Na seguinte de Altamira certamente haverá um Comitê Gestor já estruturado. As datas acordadas foram 5 e 6 de março em Brasília e 1, 2 e 3 de abril em Altamira.

Sobre o **Item 5** houve consenso que sem o decreto do Comitê Gestor existe certa dificuldade em deliberar sobre os projetos. Não obstante, a inexistência de regimento interno proposto para funcionamentos do Comitê, o grupo temporário terá de lidar com a questão. Ressalta-se que a nova estrutura não terá o suporte das Câmaras Temáticas. Dessa forma, sugeriu-se a criação de auxílios técnicos de representantes dos órgãos e entidades setoriais na medida da necessidade (formato *ad hoc*).

*No que tange ao Item 6 da Pauta - Solicitar à Norte Energia a apresentação da documentação referente ao conjunto de pagamentos realizados à PM-21 – a Norte Energia comprometeu-se a levantar as informações, possivelmente sob a guarda*

Diante dos pedidos reiterados dos proponentes, além da pressão política, acordou-se em tratar dos projetos um a um a partir do mês de fevereiro. Temas pendentes como a regularização de termos de doação, transferência, 518 notas fiscais sem termos de doação são alguns exemplos.

**Rodolfo Calmon de Castro**

Economista – CGGT/DDRU/SDRU/MDR



**Luiz Paulo de Oliveira Silva**

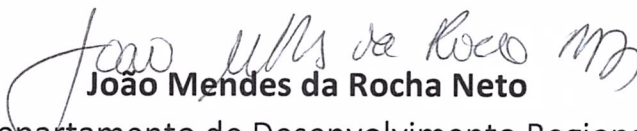
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

CGGT/DDRU/SDRU/MDR



**Maria Thereza Ferreira Teixeira**

Coordenadora-Geral de Gestão do Território



**João Mendes da Rocha Neto**

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano

CGGT/DDRU/SDRU/MDR

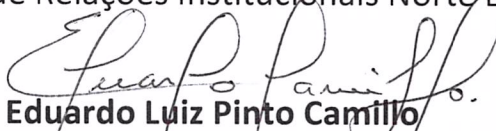


**Elisângela Trzeciak**

Coordenadora-Geral da Equilíbrio

**Alexandra Nascimento Silva e Silva**

Coordenadora de Relações Institucionais Norte Energia S.A.



**Eduardo Luiz Pinto Camillo**

Superintendente de Relações Institucionais da Norte Energia S.A.